

**ATA ORDINÁRIA Nº 2821/2019**

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Maurício Henrique Castro de Oliveira (2º Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2817/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **APRESENTAÇÃO RESPONSÁVEL TÉCNICO – INNOVAR PARTICIPAÇÕES**; 5. **ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Boa noite ou boa tarde, senhores conselheiros. Abrindo a nossa sessão de hoje, inicialmente, eu faço a abertura com a 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2817/2019**. Votos favoráveis à aprovação da ata, por favor. (Contagem de votos = 15 votos). contrários? (Contagem de votos = 00 votos). abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA**. 3. **COMUNICAÇÕES**. Antes de abrir o período de comunicações. Tu pegaste as inscrições? São essas as inscrições que nós temos? Nós temos uma externa aqui. Então, duas externas, que a



48 gente vota para haver a manifestação. Depois temos a inscrição da Região de  
49 Planejamento 01, 02, 06, SMAMS a Patrícia e a 05 com o Paulo Jorge. Então, conforme o  
50 nosso combinado na última reunião, a gente encerra o período de inscrições aqui e aí abre  
51 o período de comunicações, a gente faz o controle dos horários aqui e o pessoal se  
52 manifesta. Então, só para a gente ter essa organização e não ficar, às vezes, abre, aí um  
53 comenta uma coisa, aí pede inscrição de novo. Então, a gente encerrou aqui para a gente  
54 dar esse segmento e manter aquele nosso cronograma de até às 20 horas a gente tentar  
55 encerrar as atividades do Conselho. Eu peço serenidade, que a gente tenha uma noite de  
56 trabalho agradável, que possamos debater em alto nível. Eu sei que na reunião passada  
57 teve um pouco de estresse aí, mas acho que a gente tem que ir superando. Tudo é  
58 evolução, é aprendizado, temos que nos respeitar, né. Este conselho tem um papel  
59 importante, a gente está revisando o Plano Diretor da cidade, é a nossa imagem que  
60 acaba saindo daqui também das delimitações deste Conselho. Eu acho importante que a  
61 gente faça o debate, mas o debate em alto nível. Divergências vai haver, é natural, nós  
62 vamos compreender talvez uma forma assim, outro de uma outra forma, mas a gente tem  
63 que fazer esse enfrentamento em alto nível. É tão salutar, é tão agradável, é tão bom  
64 quando a gente aprende um com o outro na discussão, no debate respeitoso. Eu acho que  
65 isso a gente tem que manter, acima de tudo, porque este Conselho é de extrema  
66 importância para o desenvolvimento da cidade. Os grandes empreendimentos por aqui  
67 passam, além das questões do Plano Diretor, todos os projetos de grande impacto passam  
68 por aqui. Então, a gente tem um olhar também externo para dentro deste Conselho e a  
69 gente tem que preservar o respeito e mostrar que a gente está debatendo, que vamos  
70 divergir, mas em alto nível. Então, desde já eu coloco em votação a fala da Fernanda e da  
71 Loiva, a Fernanda do MLB e da Loiva. Votos favoráveis à fala externa, na comunicação  
72 externa. Votos favoráveis? Chamaram a minha atenção da outra vez que que estaria no  
73 regimento... (Manifestação fora do microfone). Quando é fora do prazo? Então, está dentro  
74 do prazo, não há necessidade de votar. A gente abre a fala para a Fernanda. Fernanda,  
75 por favor, se identifica. **Fernanda, Movimento de Luta nos Bairros – MLB:** Boa noite.  
76 Meu nome é Fernanda, eu integro o Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas, o MLB  
77 e a Unidade Popular pelo Socialismo. E eu estou aqui hoje para trazer uma demanda para  
78 vocês, que é sobre a votação do Código Ambiental, que foi colocado em votação, em  
79 regime de urgência, ou seja, são 30 dias, mas, na verdade, esses 30 dias já são bem  
80 reduzidos, porque o protocolo foi feito no dia 27 do mês passado; ou seja, até o dia 29  
81 deste mês vai ter essa votação. Ontem teve uma reunião na Assembleia e a bancada de  
82 oposição estava muito preocupada com isso, chamaram os movimentos, chamaram todas  
83 as entidades envolvidas para esse debate. E a gente queria colocar aqui para vocês, para  
84 ver como o conselho se posiciona sobre isso, porque, enfim, a gente sabe que essas  
85 alterações, são 480 alterações na legislação ambiental e mais 50 emendas, elas vão ser  
86 aprovadas sem nenhum debate, minimamente, sério com a sociedade, com os  
87 movimentos sociais e com a demais entidades. A gente sabe que essas alterações vão  
88 atingir, necessariamente, todas as nossas pautas, tanto o Plano Diretor, a questão da  
89 entrada da megamineração na cidade e nas cidades próximas, toda essa questão  
90 ambiental, a questão do direito à cidade e o direito à moradia também vão ser diretamente  
91 atingidos. Então, é sobre isso que eu queria trazer, essa demanda para vocês se  
92 posicionarem e também entrarem neste debate. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente  
93 e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
94 Fernanda. Agora a gente tem a inscrição da Loiva Hertz. **Loiva Hertz, JLH Engenharia:**  
95 Boa noite. Meu nome é Loiva Hertz, eu sou engenheira técnica responsável da Empresa



96 JLH Engenharia. Eu quero trazer para vocês uma situação que tem acontecido muito em  
97 Porto Alegre, o caso que eu vou trazer vocês podem ter certeza que não é um caso  
98 isolado. Eu protocolei um projeto na antiga SMOV, no dia 28 de outubro de 2018, um  
99 projeto de reciclagem de uso, regularização e ampliação. Esse processo ficou no setor de  
100 digitalização até julho deste ano. Ele teve a sua primeira aan, que aí entrou em  
101 pendências, no dia 22 de agosto. O que aconteceu? Como é uma empresa de segurança  
102 que está pretendendo se mudar para Porto Alegre, ela é de Eldorado, uma empresa  
103 grande e a gente tinha a parte de reformas que não depende de liberação da prefeitura  
104 para a gente fazer, a parte interna de adequação. Nós iniciamos a obra no ano passado  
105 com o cronograma de 8 meses, enquanto fosse liberado o projeto de ampliação. Com o  
106 passar desse período, até foi mais tempo que isso, a gente ficou quase 11 meses na  
107 reforma. Não havia nenhuma via ainda do andamento desse projeto, a gente iniciou a obra  
108 de ampliação sim, irregularmente, não deveríamos. Mas o que tu vais fazer quando tu tens  
109 9 famílias que dependem de ti? Eu não tenho estrutura, minha empresa não tem estrutura  
110 de realocação, de realocar esse pessoal para outras obras Então, simplesmente, tu tens  
111 que chegar e dizer: “Deu, por hoje não tem mais”. E aí nós iniciamos sim a obra e semana  
112 passada foi fiscalizada pelo setor da prefeitura e embargada Então, por um processo  
113 burocrático da Prefeitura de levar quase um ano para analisar um projeto, são 10 meses  
114 para primeira análise desse projeto, eu perco com meu cliente, eu perco dinheiro, meu  
115 cliente perde, porque a estimativa inicial dele era em outubro deste ano já estar na sede  
116 própria. Os funcionários perdem, porque eu vou ser obrigada a dispensar todo mundo e a  
117 Prefeitura de Porto Alegre perde, porque está deixando de ter em Porto Alegre uma  
118 empresa que tem mais de 4 mil funcionários. Eu não sei o faturamento dela, mas eu  
119 acredito que não seja pequeno. Por uma questão burocrática que as coisas não andam! Tu  
120 entras com o processo e não tem mais nenhum tempo para dar para o cliente: “Olha, vai  
121 levar três, vai levar quatro”. Não sei, tu não tens mais estimativa para dar para ninguém.  
122 Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
123 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Loiva. Relatando as nossas dificuldades do  
124 licenciamento, que estão latentes aí. Passamos, então, ao Conselheiro Felisberto, pela  
125 Região de Planejamento 01., **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
126 **Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Primeiro, sobre a fala da  
127 Fernanda do MLB, sobre essa questão dos 420 artigos, ou 480 alterações ao Código  
128 Ambiental, que altera muito o Código Ambiental do Estado. Isso afeta muitas das leis e  
129 diretrizes, lei nacional e estadual que trata desse tema. Então, é importante que neste  
130 momento em que a gente tem, que este Conselho trata da questão ambiental, é importante  
131 que a gente também pudesse, porque isso afeta nossa cidade, seria importante a gente ter  
132 uma posição. E estranho se não vai ter audiência pública. Então, aprovam leis sem o  
133 mínimo de discussão com a sociedade. Então, é um momento muito difícil para a  
134 sociedade, porque ela se vê violentada nos seus direitos mínimos, até de sobrevivência. E  
135 deputados, e vereadores, às vezes, aprovando leis que vão de encontro à sociedade,  
136 defendendo puramente o interesse econômico. Então, esse é um momento muito  
137 perigoso. Então, é importante que o Conselho tenha um olhar sobre isso e posicione. Esta  
138 é a minha primeira observação. A segunda é sobre essa questão dos processos que  
139 tramitam aqui e houve uma... Se não me engano tinha o Edifica POA, que foi constituído  
140 para analisar os processos, agilizar e que por não locarem mais fez com que esses  
141 processos migrassem de volta. E tem uma foto que aparece em vários sites aí dos  
142 processos em um canto, mesmo com esse processo de digitalização a gente vê que os  
143 processos não andam e empregos são perdidos. Eu acho que começar uma obra é



144 irregular, mas deveriam dar um prazo de defesa e não embargar obra de cara. Parece-me  
145 que aí não houve este prazo para explicações, simplesmente foram lá e embargaram. É  
146 isso, né, Loiva? (Sim). Então, eu acho que tem que ter no mínimo direito de defesa e por  
147 um erro da prefeitura. Demorar tantos meses para digitalizar, a gente entende que tem  
148 acúmulo de processos, não é tão fácil digitalizar, mas não punir, dar pelo menos o direito  
149 de defesa e do contraditório e não simplesmente ir lá e interditar a obra. Essa é minha  
150 segunda questão. A outra questão, a terceira, eu pedi a este Conselho que fosse  
151 requisitado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana o laudo que  
152 autorizou a demolição da Baronesa, nº 640, dos prédios ali. E até hoje eu não tive  
153 resposta. Eu queria reiterar, e ontem eu falei com o Secretário Adjunto lá na reunião do  
154 Orçamento Participativo, o Tessaro, que é o secretário adjunto da Secretaria Municipal de  
155 Infraestrutura e Mobilidade, dizendo da minha preocupação. E queria que o Secretário,  
156 Presidente deste Conselho, pudesse agilizar isso, porque é um prédio que foi demolido e  
157 não foi apresentado o laudo, não sabem quem autorizou, segundo a gente ouve a bocas  
158 pequenas, e nem um curso para a montagem daquela infraestrutura para fazer a  
159 demolição. Então, era isso por enquanto e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**  
160 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
161 Conselheiro Felisberto. E vamos consignar aqui, o Senhor enquanto cidadão também tem  
162 todo o direito e deve solicitar da administração e a administração é obrigada a compartilhar  
163 a documentação pela lei de transparência. Até tem um canal, acho importante, Gabrielle,  
164 divulgar, a administração está trabalhando e melhorando esses processos para abrir por  
165 meio de uma solicitação as documentações adversas dos demais, dá para encaminhar.  
166 Enfim, a administração tem que responder. Naturalmente, às vezes eu não tenho acesso,  
167 mas por esse canal na Secretaria de Transparência são obrigados a disponibilizar.  
168 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**  
169 **2:** Boa noite. Na verdade, só quero falar sobre essa questão da Engenheira Loiva, que na  
170 semana anterior a gente falou sobre a questão que Porto Alegre não gera novos postos de  
171 trabalho. E estamos vendo aqui uma empresa que quer se instalar em Porto Alegre, está  
172 gerando emprego, a proposta é também gerar emprego. É uma situação que o fiscal vai lá,  
173 já fiscaliza, já embarga, não dá tempo nenhum para que o empreendedor apresente ou se  
174 defenda, faça alguma coisa. Parece que nós estamos em uma cidade que não tem para  
175 onde ir para recorrer. Então, eu espero que após esta fala da Engenheira Loiva que seja  
176 encaminhado, para que a gente possa não deixar que outras empresas sofram esse  
177 prejuízo, porque não é só a empresa que vai sentir esse prejuízo na questão da geração  
178 de emprego. Esta empresa está vindo para Porto Alegre, não é de Porto Alegre, escolheu  
179 Porto Alegre acreditando que seja um lugar de geração de renda e emprego, é recebida  
180 desse jeito. A gente sabe que justamente a demora... (Inaudível, falha no microfone)  
181 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
182 **Sustentabilidade - SMAMS:** Cortaram a sua fala, conselheiro. Não fui eu, é automático.  
183 (Risos). nós temos na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes**  
184 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu queria me  
185 manifestar solidário à Engenheira Loiva, é um assunto que a gente arranha neste  
186 Conselho, mas não levamos com a seriedade que deveria ser levada aqui dentro. a  
187 questão da aprovação de aprovação e licenciamento de projeto em Porto Alegre está muito  
188 crônico. Nós tivemos um retrocesso muito grande do último governo para este governo,  
189 onde quem tem escritório de arquitetura, de engenharia, sabe muito bem no detalhe o que  
190 eu estou falando. Algumas organizações de arquitetos têm procurado o prefeito, prefeito  
191 encaminha o assunto ao secretário, correspondente de maior peso, que é da Secretaria



192 Municipal de Desenvolvimento Econômico, este secretário apresentou para esse grupo de  
193 arquitetos um cronograma de reorganização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento  
194 Econômico, com o foco na questão do licenciamento em Porto Alegre. Todas as previsões  
195 do cronograma, que o Secretário Cidade apresentou, nenhuma se cumpriu, nenhuma foi  
196 colocada, conforme ele tinha se comprometido conosco, que era A SINDUSCON, a  
197 Sociedade de Engenharia, Sindicato dos Engenheiros, um grupo de arquitetos autônomos  
198 e independentes, que é o Aprova Já, do qual eu pertencço. Tem mais alguma organização  
199 que eu não lembro o nome agora. E a nossa intenção, quando fizemos a reunião primeiro  
200 com o prefeito. Foram apresentados diversos cases no Brasil, onde funciona a liberação  
201 de projeto em tempo satisfatório, digamos assim, para os consumidores, para os  
202 arquitetos, para quem produz projeto e o espaço construído na cidade. Os nossos cases  
203 irritaram de certa forma o secretário, porque o Prefeito não tinha o conhecimento de que  
204 existiam essas situações no Brasil. Nós deixamos com ele e encaminhou que o secretário  
205 tomasse uma atitude para que essa situação no mínimo fosse analisada e transformado  
206 em um projeto para Porto Alegre, para a Prefeitura de Porto Alegre, para melhorar a  
207 questão do licenciamento. Não aconteceu e o que ocorre? Acaba a cada dia represando  
208 mais a quantidade de demanda dos arquitetos nas secretarias afins, o maior peso na  
209 SMDE e de alguma maneira também, alguma coisa na SMAMS. Nós aqui no Conselho  
210 percebemos que está reduzindo o número de demandas, ela está represando em outros  
211 lugares e em algum momento vai vir para cá. Então, eu me solidarizo, eu acredito que o  
212 Conselho pode tomar uma atitude como nós tomamos uma atitude em relação ao solo  
213 criado, quando criamos uma comissão que esmiuçou a questão do solo criado em Porto  
214 Alegre. Inclusive, isso resultou em uma lei nova, que flexibilizou. O Secretário, inclusive,  
215 fez parte disso e atribuo a ele até o avanço dessa lei ter absorvido o aprendizado que nós  
216 tivemos naquela comissão do solo criado. Acredito que uma comissão semelhante dentro  
217 deste Conselho poderia vir a contribuir para que a gente saia desta situação letárgica que  
218 nós estamos, estamos parados. E quero deixar muito claro que os funcionários do  
219 município são vítimas deste momento, porque a maioria deles sabe que tem solução, sabe  
220 que podem fazer um projeto implementar. Ok? Só para registrar por último, Presidente, eu  
221 gostaria de ver nessas demandas, lutando por isso, manifestando-se e trabalhando os  
222 representantes dos arquitetos neste Conselho. Começando pelo CAU, pelo Sindicato dos  
223 Arquitetos e pelo Instituto dos Arquitetos, para se somarem no sentido de a gente buscar  
224 uma solução para esse problema que a crônico. **Germano Bremm, Presidente e**  
225 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
226 Conselheiro Gomes. Realmente, o problema do licenciamento, tomara que a gente consiga  
227 enfrentar com a revisão do Plano Diretor alguns pontos que geram algumas dúvidas, ou  
228 em conformidades, ou interpretações diversas e atrasam um processo de licenciamento,  
229 como critérios para medidas mitigatórias, parâmetros mais claros preestabelecidos. A  
230 gente tem esse desafio no processo de revisão do Plano Diretor de estabelecer esses  
231 critérios, ter esse detalhamento do território de uma forma mais clara, para ter esses  
232 parâmetros e a gente poder ajudar no processo de licenciamento, que não está tão  
233 vinculado lá na secretaria, está mais no Desenvolvimento Econômico; mas tudo que gera  
234 alguma interpretação atrasa. Tomara que a gente consiga, é o nosso desafio, até para  
235 melhorar os fluxos, que a gente tenha esses critérios discutidos com a cidade e validados  
236 na lei, para que depois, na forma, no processo, no rito, a gente consiga avançar com mais  
237 celeridade na tentativa de ajudar. Tu falaste em CAU aqui, eu faço referência,  
238 rapidamente, só a visita que a gente teve nessa quantidade de reuniões que temos feito  
239 com as entidades, na qual eu saúdo, tem sido muito significativo, importante esse diálogo



240 de conversas e de entendimento do trabalho de cada entidade, de como cada uma pode  
241 contribuir na revisão do Plano Diretor. A gente, recentemente, esteve na SOCECON com o  
242 Mark, fomos muito bem recebidos. Conhecemos a estrutura lá, também no CAU a gente  
243 esteve. Hoje está a Conselheira Janice representando o CAU, mas a gente esteve com o  
244 presidente, também fomos muito bem recebidos. Tem uma experiência muito boa em  
245 revisões de Plano Diretor, enfim, com outras cidades. Tem sido bem enriquecedora, né,  
246 Patrícia, enquanto representantes da secretaria, ter essas conversas com as entidades,  
247 assim como tivemos com outras que a gente se referiu aqui. Eu passo a inscrição do Paulo  
248 Jorge... Na ordem aqui, a Patrícia da Secretaria, minha diretora de planejamento. **Patrícia**  
249 **da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
250 **Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Eu pedi a palavra, vocês já devem estar  
251 sabendo que vai começar o nosso calendário de oficinas territoriais temáticas, que vão  
252 começar no dia 17 de outubro com a Região de Planejamento 07 e vão encerrar esta  
253 primeira rodada dia 09 de novembro, na Região de Planejamento 02, Ilhas. Só avisar que  
254 todo esse calendário consta no nosso site do Plano Diretor, que a gente consegue acessar  
255 pelo site da Prefeitura. Hoje à tarde, às 16 horas, a gente teve reunião com os  
256 conselheiros regionais para a gente fazer uma rodada e o fechamento e uma avaliação de  
257 como foi a primeira oficina com os conselheiros. E dessa avaliação chegamos a algumas  
258 conclusões, apresentamos, estamos aguardando o retorno. E foi solicitado nessa reunião  
259 que a gente fizesse na próxima uma apresentação para eles sobre o que que é o Plano  
260 Diretor, voltando um pouquinho mais atrás, para que eles possam estar apropriados e  
261 poderem fazer essa a interface com as suas regiões, porque estão trabalhando  
262 ativamente, também nos ajudando nesse processo. Então, eu queria fazer essa  
263 solicitação, para que a gente fizesse isso na próxima, a pedido deles. **Germano Bremm,**  
264 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
265 Muito bem lembrado, patrícia. É importante a participação de todos, o engajamento nessas  
266 oficinas, divulgar, de fato ter uma participação efetiva e não ser uma coisa proforma, que  
267 de fato a comunidade vai lá, tem assento, disputa, debate. A gente fica tão mais maduro.  
268 Tenho certeza que este Conselho vai ficar tão rico, tão mais maduro ao final desse  
269 processo, porque a gente aprende tanto nesses debates, nessas discussões, técnicas de  
270 comunidade. Então, acho que é uma superoportunidade de a gente enriquecer o nosso  
271 conhecimento e fazer boas entregas para a cidade. Na sequência eu passo a palavra ao  
272 Paulo Jorge. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**  
273 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** O pedido é na reunião do Conselho fazer  
274 essa apresentação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
275 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, a gente organiza aqui. **Patrícia da**  
276 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
277 **Sustentabilidade – SMAMS:** Porque a próxima é dia 17. Então, a gente consegue fazer  
278 antes para eles estarem organizados. Dia 17 e dia 15, que é terça-feira, a gente faria essa  
279 apresentação. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de**  
280 **Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, Conselheiros. Eu quero falar que no dia 12,  
281 sábado agora, o IAB vai apresentar na Praça da Alfândega (Inaudível), falha no  
282 microfone). Então, vai ser às 9h30min. Vai estar o pessoal, estamos convidando para  
283 estarem lá presentes. A cidade precisa crescer e a construção civil está muito parada.  
284 Quem perde da construção civil é o pessoal de baixa renda, que é o pedreiro, o carpinteiro,  
285 a mão de obra barata, que ganha pouco, mas pelo mesmo quer trabalhar para levar para a  
286 sua família o sustento, para seus filhos não estarem nas esquinas ou se envolvendo em  
287 drogas. Se a cidade não funcionar, não tiver empreendimento, obras na cidade, a coisa dá



288 o caos. Pô, a China está lá, o desenvolvimento crescendo. Só que aqui em Porto Alegre  
289 não (Inaudível). Eu quero também colocar o seguinte, como eu sou da saúde, trabalho no  
290 hospital São Pedro, nós estamos convivendo com um dos problemas mais sérios neste  
291 país, que é o suicídio. Isto é uma coisa que está preocupando, muitas pessoas estão se  
292 envolvendo em morte, suicídio. Então, é uma coisa que não se debate, que é a depressão,  
293 mas está envolvendo muitas pessoas neste país, que é o desemprego, problema social, aí  
294 está levando ao suicídio. E para encerrar minha parte, semana que vem quero fazer a  
295 apresentação da minha entidade aqui, porque o pessoal tem que conhecer também o que  
296 é a favela, como que a favela vive, a favela se comunica e se cria. Não só eu, mas tem o  
297 Adroaldo que tem uma entidade muito importante. Poderia trazer um slide, talvez abrir um  
298 espaço de uns 08 minutos para mostrar o trabalho social que tem na favela, sobre a  
299 situação do desemprego que nós temos, também com adolescente, com famílias. É de  
300 onde sai o cidadão que está na exclusão social. Então, o Conselho também tinha que  
301 conhecer o trabalho de repente aqui dentro (Inaudível)... e fazer encaminhamentos de  
302 ajuda, porque é possível. Ali está o processo do cidadão da favela. Então, na favela que se  
303 cria o problema da situação social. Muitas empresas poderiam ajudar, de repente o  
304 SINDUSCON, outras empresas que tem aqui dentro, o IAB, o sindicato. Então, eu gostaria  
305 de propor, Presidente, se possível dar 08 minutos para quem quiser apresentar o  
306 planejamento, o seu trabalho social. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**  
307 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,  
308 Conselheiro Paulo Jorge. Compatibilizo aqui com a Gabrielle agenda para a gente trazer, é  
309 importante neste momento que a gente conheça o trabalho da comunidade, sem dúvida.  
310 Encerrado o período de comunicações. A gente passa para Ordem do Dia, assuntos mais  
311 complexos, vamos debater em alto nível, passada a parte boa das Comunicações. Agora  
312 vamos para os processos, só referindo antes, reforçar também, o congresso do IAB que  
313 Paulo Jorge comentou é bastante interessante. A gente tem um cronograma de palestras  
314 muito rico, eu acho bem enriquecedor que todos possam participar e se integrar nesse  
315 trabalho. Nesse processo de revisão do Plano Diretor, ouvir, participar dessas palestras é  
316 bem enriquecedor. Excepcionalmente, de repente, abro para tu comentares, porque já é na  
317 sexta-feira agora e encerra o prazo. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos**  
318 **do Brasil – IAB/RS:** Então, eu reforço o convite para o Congresso Brasileiro de Arquitetos,  
319 que vai iniciar amanhã, vai até sábado. A programação está no site, todas as áreas  
320 temáticas abordadas. Ainda há como fazer a inscrição. É um que eu tenho acompanhado a  
321 organização, andei afastado nos últimos meses, por outros motivos, mas foi uma  
322 organização bem intensa realizada pelo Instituto dos Arquitetos e nos prepara para o ano  
323 que vem, para o encontro que vai acontecer no Rio de Janeiro, também de arquitetos, o  
324 encontro internacional. Então, fica aberto o convite ainda para participação para os  
325 conselheiros e todos interessados, para todos os temas abordados, vão ter temas como  
326 habitação mesmo, a parte de movimentos sociais também, também a parte dos trabalhos  
327 acadêmicos e uma área que mais especificamente eu ajudei a montar, que são outras  
328 práticas, outros modos de fazer arquitetura e áreas afins que tocam na temática da cidade.  
329 Então, esse campo que se abriu é quase uma novidade, uma aposta do IAB do congresso  
330 que vai acontecer. **5. ORDEM DO DIA. Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
331 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro  
332 Fausto. Passamos, então, a nossa Ordem do Dia. Os processos constantes no **ITEM 5.01,**  
333 **5.02** ainda não retornaram, estão em diligências. Estou verificando aqui. Então, a gente  
334 passa ao **ITEM 5.03. EXPEDIENTE 002.286448.00.7, INNOVAR PARTICIPAÇÕES.** Tomei  
335 conhecimento aqui que foi votado na reunião passada uma apresentação do responsável



336 técnico da empresa. No entanto, o responsável técnico está ausente. A gente tem em  
337 discussão aqui, antes de fazer o encaminhamento, um pedido da parte da METROPLAN.  
338 **Cláudio Gaudi (Representando o 2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento**  
339 **Metropolitano Regional - METROPLAN:** QUESTÃO É ORDEM. É uma Questão de  
340 Ordem no sentido de reiterar o que a colega Fernanda, a titular, representante da  
341 METROPLAN, trouxe em outras reuniões aqui com relação aos empreendimentos de  
342 parcelamento do solo, que necessariamente com base na legislação vigente devem passar  
343 por um processo de anuência prévia no órgão metropolitano. Então, como esse expediente  
344 trata justamente de um empreendimento de parcelamento de solo eu trago essa  
345 informação para que seja levado em consideração no desdobramento da discussão final  
346 do assunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**  
347 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixa-me fazer um esclarecimento em relação a essa  
348 participação da METROPLAN. A gente tem tratado com a direção lá, teu diretor.  
349 Recentemente, tivemos uma agenda com o jurídico, a METROPLAN vem trabalhando no  
350 termo de cooperação com os municípios, porque eles entendem também equivocado ou  
351 ultrapassado esse dispositivo da legislação em função da independência dos municípios,  
352 naturalmente, para tratar das questões de parcelamento do solo. De fato, hoje sempre se  
353 tem um pouco de dúvida com relação a essa anuência, alguns registros de imóveis  
354 exigem, posteriormente, outros não exigem essa manifestação. Ela, naturalmente, é  
355 enfrentada quando vai para o registro de imóveis. Agora a METROPLAN está  
356 encaminhando um termo de cooperação, inclusive, um decreto do governador do estado  
357 limitando o que seria de fato a manifestação da METROPLAN: quando tem divisa com  
358 município, com algum outro município, que essa seria a ideia de se ter na legislação  
359 estadual a necessidade de manifestação da METROPLAN. Tem um pouco de discussão  
360 legal e bastante antiga, eu acho que esses assuntos vêm e vão e a gente não consegue  
361 enfrentar. Antigamente, tinha algum convênio, mas agora parece que o pessoal entende  
362 que é o instrumento inadequado. O fato é que lá no momento do registro do imóvel,  
363 certamente, vai ter que ter após aprovação do município a anuência da METROPLAN. A  
364 gente está tentando enfrentar para equacionar um pouco melhor esse rito, porque eu vejo  
365 que sempre tem um pouco de dúvida. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
366 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que a Questão de Ordem seria nesse  
367 sentido, Presidente, como a colega e agora o colega da METROPLAN tem colocado  
368 seguidamente nas nossas reuniões, essa visão interpretativa, digamos assim. A minha  
369 colocação foi no sentido do que o senhor respondeu, em trazer para nós uma posição  
370 definitiva, para não ficar um mal estar de relação entre município, Estado, METROPLAN e  
371 tal, porque nós de Porto Alegre parece tão normal, tão natural os procedimentos, os ritos e  
372 tal, que a gente usa para fazer um licenciamento e tal de loteamento e afins. É nesse  
373 sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
374 **Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, sim, a gente vem enfrentando em uma relação muito  
375 cordial com a Direção da METROPLAN para tentar equacionar um pouco desse fluxo,  
376 porque, naturalmente, existe uma legislação própria de Porto Alegre, bastante histórica em  
377 relação à loteamento, regras diferentes, às vezes o alcance da análise da METROPLAN  
378 não pode adentrar nessa análise do ponto de vista legal do Município de Porto Alegre. A  
379 gente está tentando enfrentar para melhorar esse fluxo, que lá no Registro de Imóveis se  
380 ingressa com essa etapa para fazer o registro do loteamento, que é exigida essa anuência  
381 da METROPLAN. Eu sei que alguns registros de imóveis exigem, outros não, porque  
382 entendem essa questão da divisão das competências. Fato é que ficou na legislação  
383 estadual esse aspecto, tentando puxar um pouco do histórico. Aí analisando para tentar





384 achar uma solução para o problema. A tentativa do estado de colocar essa obrigatoriedade  
385 é justamente para as questões limítrofes, com determinados municípios, enfim, em  
386 algumas questões mais de região metropolitana, que imagino que seja o histórico. Quer  
387 comentar alguma coisa? **Cláudio Gaudi (Representando o 2º Suplente), Fundação**  
388 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** É só no sentido de  
389 fazer uma complementação, o objetivo aqui da minha manifestação de ordem  
390 anteriormente foi de trazer o que está posto na legislação. As questões que foram  
391 colocadas pelo senhor, evidentemente, isso aconteceu, essa visita à METROPLAN, essa  
392 tentativa de fazer um convênio no sentido de identificar quais os empreendimentos que  
393 são de impacto metropolitano e aqueles que ficariam, mas eu preciso reforçar o seguinte,  
394 essa questão do cartório revela, na verdade, uma distorção do processo, porque anuência  
395 prévia é uma figura jurídica que está prevista na legislação de parcelamento do solo desde  
396 1979. E como o nome diz ela é uma anuência prévia, ela não é uma aprovação, é uma  
397 anuência prévia à aprovação final do município. Então, a gente sempre lamentou que os  
398 processos sigam em frente e só por força do cartório de registro imobiliário eles sofram  
399 essa observação, essa interrupção, quando, na verdade, estão fazendo ou querendo que a  
400 lei seja cumprida. O tema é um pouco polêmico, seria interessante fazer um debate mais  
401 aprofundado, mas as questões metropolitanas não se restringem exclusivamente as  
402 divisas municipais. A influência do parcelamento do solo, na expansão urbana, na  
403 estruturação urbana vai muito além das porções de território que correspondem as divisas  
404 municipais. Seria um debate bastante interessante, não é o caso aqui, mas a gente  
405 poderia eventualmente programar com uma série de exemplos, uma série de situações,  
406 para que tanto esse olhar regional como olhar mais local pudesse se encontrar em algum  
407 ponto mais favorável. Só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**  
408 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, é uma questão legal que  
409 provoca um debate gigantesco com relação à matéria constitucional de competência dos  
410 municípios, dos Estados, da União. É um debate que vem a bastante tempo, acho que por  
411 isso que não se consegue resolver, porque os municípios entendem de uma forma, o  
412 estado entende de outra a legislação. Aí vai para o Registro de Imóveis, cada um dos  
413 registradores vai entender de uma forma diferente, mas eu acho que da forma como a  
414 gente está encaminhando e tratando com a Direção da METROPLAN, acho que a gente  
415 consegue equacionar esse rito para não ter esse problema, essa discussão. **Fausto Isolan**  
416 **(1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Como bem colocou o  
417 Conselheiro Cláudio Gaudi sobre as questões, discussões do metropolitano, enfim, é uma  
418 discussão que já se trata há muito tempo, também bem delicada, mas muito interessante a  
419 ser colocada sempre que possível. Vão além das questões de bordas e de temas das  
420 relações mais diretas fisicamente entre as relações geográficas municipais. Por isso eu  
421 vou deixar registrado aqui que como foi feito o pedido, fica o registro que o IAB apoia esse  
422 pedido de solicitação, está de acordo com a solicitação de diligência feita pela  
423 METROPLAN. Nesse encaminhamento é uma votação, alguma coisa em questão de  
424 regimento, mas que fique o registro que há um acordo para que o processo se dê no  
425 entendimento que se é ainda discutinda a questão legal, por mais que tenha todas as  
426 colocações de aproximações entre as entidades, que isso faça parte do processo que está  
427 sendo colocado e já foi relatado pelo Conselheiro Rafael. **Germano Bremm, Presidente e**  
428 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixa-me só,  
429 antes do Conselheiro Felisberto fazer um Aparte, para tentar fazer um encaminhamento,  
430 que eu acho que converge com tudo que a gente está falado aqui. Como eu vi parecer,  
431 lendo aqui, tem algumas questões em aberto, é um parecer que levanta algumas dúvidas



432 com relação à aplicação da legislação, ele encaminha uma questão de manifestação do  
433 empreendedor com relação à necessidade de adesão à operação, que a gente encaminhe  
434 para diligências este processo, para que possa ser esclarecido tanto esse ponto com  
435 relação à manifestação do empregador, quanto ao aspecto jurídico da manifestação  
436 prévia, esse encaminhamento da METROPLAN com relação à necessidade da anuência  
437 prévia no momento, porque eu imagino que isso ó já tenha sido tratado em outros  
438 pareceres, tenha alguma orientação mais clara que a gente possa trazer aqui para este  
439 Conselho. Eu não vejo o parecer com condição de ser votado em ele ficando em aberto  
440 em alguns pontos. Eu acho que tem que ser esclarecido para ser um parecer pela  
441 aprovação ou pela não aprovação, senão fica um pouco aberto. Não sei, sugiro. **Felisberto**  
442 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em face do  
443 pedido do Furtado, pelo DEMHAB, e ele sendo um dos membros da operação  
444 consorciada, eu fiquei pensando e hoje eu ia fazer a colocação se não é o caso também  
445 de ter um parecer da Comissão que trata da Operação Consorciada. E agora na sua  
446 observação o senhor tocou novamente no parecer do Rafael, do IAB, fala isso. E para mim  
447 não ficou muito bem a questão da FEPAM na questão, na ata ficou uma observação que  
448 também teria que se manifestar. Ficou uma dúvida para mim. Agora, da Operação  
449 Consorciada é que a Maristela também me ligou hoje e pediu para que eu pedisse em  
450 nome da RGP. 07 isso, porque ela teria que fazer a vista e ela solicitou para mim isso.  
451 Obrigado. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia**  
452 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só um reforço no que o Cláudio colocou, porque, na  
453 verdade, as questões metropolitanas não estão adstritas simplesmente à questão de  
454 limites, isso é líquido e certo, não tem nenhum questionamento. O questionamento se faz  
455 em outros temas. Na verdade, como Porto Alegre tem uma enxurrada de  
456 empreendimentos, de loteamentos e tal. Isso meio que vai ficando que ninguém quer  
457 assumir a bronca tão grande, mas eu acho que é fundamental não só que tenha essa  
458 solução, tipo convênio e tal, mas na revisão do Plano Diretor acho que tem que ter isso. Eu  
459 até coloquei quando foi feita a visita lá na ABES, uma discussão expressa sobre as  
460 questões metropolitanas, como encarar essa inserção, a relação de Porto Alegre com os  
461 municípios metropolitanos. Tem que ser feita ita essa discussão e talvez estabelecer  
462 regras por lei de como é que se dá essa conversa. É fundamental, porque Porto Alegre se  
463 afasta, finge que não está na Região Metropolitana e, na verdade, sofre consequências e  
464 ao mesmo tempo também impacta os outros municípios. Então, acho que é fundamental  
465 nesse processo de revisão do plano que isso seja incorporado, não só como discussão,  
466 mas como capítulo, como alguma coisa dentro do plano a ser assumido. **Germano**  
467 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
468 **SMAMS:** Obrigado, conselheira. Sem dúvida, é bastante importante a gente ter bem claro  
469 isso e queremos contar com a METROPLAN, e a gente já foi visitar, está tentando uma  
470 aproximação para a gente pensar Porto Alegre inserida no contexto. Eu falei limites como  
471 uma das questões, bom, talvez as questões limítrofes, não que seja necessariamente esse  
472 o ponto, naturalmente, que Porto Alegre está inserida em uma malha maior que seu  
473 território e a gente tem que trabalhar conjuntamente. A gente tem bem claro isso no Plano  
474 Diretor Metropolitano, enfim, que tem que viabilizar, eu acho que a gente tem que estar  
475 integrado e a capital, pela sua importância nesse debate, nessa sua interrelação com as  
476 demais regiões tem que assumir o seu papel de importância. E eu vejo que é um ponto  
477 essa questão da anuência, que eu até ia dizer que a Jussara tem bastante experiência, vê  
478 esse assunto se batendo, esse assunto da anuência, vai não vai. Eu até queria ter  
479 conversado contigo, porque a gente recebeu uma visita lá da METROPLAN, o pessoal



480 meio com dúvida de como encaminhar o assunto. Eu disse: “Vamos tentar puxar um pouco  
481 do histórico”. E agora eles estão encaminhando, não é um convênio, é uma cooperação  
482 com os municípios, com algumas regras e pretender fazer um decreto dizendo, até para  
483 dar mais segurança para o técnico lá da METROPLAN, o que ele está analisando, porque  
484 vai ter questões legais, que mais o município com a sua competência vai analisar e outras  
485 mais inseridas na questão metropolitana. Então, tentando encaminhar, eu acho a gente  
486 coloca para diligência, inclusive, para a CAUGE para que possa esclarecer. Tem algumas  
487 questões de ordem aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**  
488 **Humanos - ACESSO CDH:** Eu queria entender um pouco do nosso procedimento,  
489 Germano, e entender o nosso encaminhamento. Semana passada foi feito o  
490 encaminhamento de forma arbitrária, mas a gente entende algumas vezes que  
491 arbitrariedade e ilegalidade podem ser suprimidas pela votação, onde foi feita uma  
492 solicitação que o empreendedor viesse aqui apresentar o seu relato, seria uma diligência  
493 solicitada pelo Conselheiro Emerson, ele já tinha, segundo ele mesmo, o relato dele  
494 pronto, mas mesmo assim ele entendeu que tinha que ter esclarecimentos. Não entendi  
495 como, mas o relato estava pronto. Então, nós temos umas questões legais que são  
496 trazidas aqui, como a necessidade, porque é lei, a necessidade de anuência prévia é uma  
497 lei. Então, ela tem que ter, não cabe a gente dizer se cabe ou não, a lei existe, ela  
498 tem que ser aplicada ou nós temos que ter um parecer e alguém que firme nesse sentido  
499 dizendo: “Olha, a Prefeitura de Porto Alegre está assumindo que não vai aplicar essa  
500 legislação”; que eu acho que é nesse sentido a diligência do Fausto e do Cláudio: “Olha, se  
501 existe uma lei que diz que tem que ter uma anuência prévia, essa doença deve ser  
502 encaminhada”. A questão é também: qual é o procedimento a partir daí? Essa avaliação  
503 vai ser feita, não entendo que seja à CAUGE o órgão competente, ela não é da  
504 competência da CAUGE para fazer isso, é a competência da PGM. E aí verificar também a  
505 tramitação regular do processo, porque a gente não pode mais ter processos eletrônicos  
506 que somem no armário, o empreendedor que não foi chamado, mas que telefonou e não  
507 pode vir porque está viajando, e a gente tem, eu diria até, assim, um estelionato moral de  
508 informação, porque a informação vem muito truncada para a gente. Então, eu acho que  
509 verificar qual é o nosso procedimento e qual o nosso encaminhamento aqui, para ter  
510 clareza do que está sendo feito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
511 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Eu  
512 acho que estamos na convergência de encaminhamentos, tanto da Procuradoria Geral do  
513 Município para nos esclarecer os aspectos legais levantados, enfim, que venha um  
514 aparecer no sentido do que é essa anuência prévia, em que momento se considera, uma  
515 responsabilidade para que a gente possa fazer o enfrentamento. Eu digo CAUGE mais no  
516 sentido, porque é a secretaria que se relaciona quando da aprovação do projeto com  
517 empreendedora, talvez tenha algum ponto aqui, depois tem que fazer a leitura mais  
518 apropriada, que deveria ser pela vida da CAUGE a conversa para esclarecer alguns pontos  
519 levantados, mas não sei, eu não fiz a leitura aqui, rapidamente. (Manifestação fora do  
520 microfone). Não é necessário à Procuradoria. Ao próprio requerente? Perfeito, não tem  
521 problema. Então, o requerente com relação à manifestação que toca ele e a procuradoria  
522 com relação aos pontos jurídicos levantados. Ok. **José Francisco Rodrigues Furtado**  
523 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. O Conselheiro  
524 Felisberto mudou o tom da última reunião, quando fez aquele questionamento em relação  
525 a por que o DEMHAB havia pedido vista a este processo, no qual eu expliquei, aí espero  
526 que tenha compreendido que não é especificamente o DEMHAB que fez o pedido e sim o  
527 Conselheiro Titular do DEMHAB na Operação Urbana Consorciada. Então, é nesse sentido



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

528 que eu ainda neste processo tenho dúvidas, não só eu, como também a Conselheira  
529 Maristela da RGP. 07. E, Conselheira Claudete, nas outras vezes que ocorreram  
530 processos e que tu estavas com dúvida, tu várias vezes requereste. Requereu e requereu,  
531 até que tivesse o esclarecimento. Neste exato momento eu, como Conselheiro Titular na  
532 Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro, tenho dúvidas. Então, eu vou questionar  
533 ainda e peço que seja levado à Operação Consorciada para saber exatamente o que que  
534 aconteceu lá, porque não é simplesmente “não quero aderir”. No meu entendimento como  
535 Conselheiro, a partir da lei da Lomba, tem que entrar no comitê e aí sim, se ele optar por  
536 regime mínimo que fique caracterizado regime mínimo e tudo bem, segue as regras no  
537 Plano Diretor. Não assim: eu aceito, eu não aceito! Não, tem que passar pelo comitê e o  
538 comitê decide se opta ou não pelo regime mínimo e máximo. Parece que é pelo mínimo,  
539 mas aí eu quero saber mais informações de como isso, porque eu não me lembro de ter  
540 analisado esse processo no comitê. Então, é nesse sentido que ainda quero informações  
541 sobre este caso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão**  
542 **de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu faço uma leitura do parecer do IAB, que  
543 eu acho que vem no sentido do que está se desenhando. O parecer do IAB coloca na  
544 finalização as letras A, B, e C. Ele coloca o primeiro questionamento sobre porque se  
545 optou em fazer um fracionamento em duas etapas, mas tramitar com tapas diferenciadas.  
546 E eu acho que nesse sentido a CAUGE precisa se manifestar e deixar claro para nós  
547 porque aceitou fazer essa separação e não o que o conselheiro está argumentando, que  
548 eu acho que ele está correto, mas a CAUGE vai nos dizer. Faz as duas fases e no termo  
549 de compromisso com o município já fica claro o compromisso de abrir a diretriz que cruza o  
550 imóvel que está sendo fracionado. A primeira coisa. Talvez nessa análise apareça a outra  
551 questão que responde a questão do Comitê da Lomba Consorciada, porque o  
552 empreendedor pode fazer sim a opção de usar ou não usar os benefícios do consórcio. E  
553 essa decisão, se tecnicamente está enquadrado ele pode fazer, só que não é o caso. O  
554 que acontece? A primeira fase quando foi feito esse fracionamento, a proposta de  
555 fracionamento, não precisaria entrar na consorciada, porque ele vai trabalhar com o regime  
556 mínimo, mas na segunda não, na segunda ele precisaria fazer a negociação, a  
557 compensação e tudo mais que está pelo visto somente pelo consórcio. Então, para ver que  
558 é uma situação interessante, parece que se abriu o processo em dois para que não fosse  
559 discutido na Lomba Consorciada. Eu não sei, eu estou levantando, até sugiro mais, além  
560 de ir para a CAUGE que venha a empresa fazer a sua apresentação, mas que venha  
561 também de repente o Arquiteto Joao Marcelo para fazer essa explicação técnica para nós,  
562 para nos habilitar, para nos possibilitar e nos esclarecer para a gente fazer uma votação  
563 correta. Terceira questão, que o parecer do IAB, que o relato que o IAB coloca, que não é  
564 um relato, é uma diligência, porque está pedindo coisas, está correto, está no lugar dele,  
565 ele é o relator, pode fazer esse pedido de diligência. Ele pede o que é comum, não sei  
566 como não tinha acontecido nesse caso, que é uma audiência pública. O nome “audiência  
567 pública” às vezes assusta, mas não é, audiência pública é uma reunião com a  
568 comunidade, como a gente fez, o Presidente estava lá, a gente fez aquela da ocasião do  
569 Zaffari da Protásio Alves. Então, é onde as partes vão conversa, o projeto vai ser  
570 apresentado para a comunidade, que vai fazer seus questionamentos e tal. Então, são as  
571 partes que querem ouvir, falar, questionar e tudo mais. Com isso que eu estou dizendo,  
572 reforço a ideia de que se faça essa diligência, que o meu entendimento o parecer do  
573 relator não é um parecer conclusivo, topo que está escrito aqui “parecer parcial”. Eu acho  
574 que está errado. É um pedido de diligência sim e eu estou de acordo que aconteça.  
575 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



576 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Eu acho que estamos todos  
577 indo nessa linha de convergência. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática**  
578 **de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**  
579 **HOCDUA:** Boa noite. Dentro de todos esses assuntos que foram abordados em relação ao  
580 processo, essa foi uma das razões que eu pedi a presença do empreendedor aqui,  
581 inclusive, o Furtado acompanhou, por fazer parte do comitê, por não ter conhecimento  
582 desse processo ter passado pelo comitê. E dentro do processo também tem uma  
583 manifestação do João Marcelo do comitê. Então, fica meio gozado, meio esquisita essa  
584 situação, porque passou por um representante do comitê e não foi levado ao comitê essa  
585 informação. Então, fica bem nublada essa situação, principalmente com os membros do  
586 comitê. A justificativa da vinda do empreendedor é para tirarmos essas dúvidas em relação  
587 de que forma foi adotado, que forma foi trabalhada essa situação para que a CAUGE  
588 aprovasse esse processo. Então, a título de informação seria mais para trazer dados para  
589 este Conselho, que tem várias dúvidas em relação ao processo, e tem mais uma que  
590 segregou, que foi a da METROPLAN. Então, tem muitas dúvidas e eu acho que ninguém  
591 mais do que o empreendedor para vir tirar essas dúvidas, para a gente chegar ao  
592 entendimento de se acompanhar o relator ou votar contra. Então, é isso. **Felisberto Seabra**  
593 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu penso que tem  
594 uma colocação que precede a tudo isso, tendo em vista a solicitação da METROPLAN, a  
595 necessidade da anuência prévia. Então, eu entendo que deva ir para a PGM elucidar isso  
596 e mais algumas dúvidas que surgiram, porque me parece, depois de ver tudo isso, todas  
597 as discussões que a gente fez, é porque foi fracionado em duas etapas. Eu não eu não  
598 quero criar nenhuma indagação nebulosa, mas me parece que quando analisado pelos  
599 órgãos da Prefeitura deve ser levado em conta os passos, porque os técnicos são  
600 sabedores da Operação Consorciada e deveriam ter se manifestado, e eu solicitei em uma  
601 reunião se havia anuência da PGM no parecer da CAUGE. Até agora eu não recebi essa  
602 resposta. E as pessoas às vezes ficam indignadas quando eu peço para que haja o  
603 parecer da PGM, que é a questão da legalidade, que precede a tudo isso, da análise  
604 técnica, da legalidade, se foi respeitado ou não. Então, eu reitero o pedido de que se vá  
605 também à PGM. Eu acho que tem que analisar bem essa questão da METROPLAN, para  
606 ficar esclarecido para que a gente possa ter uma há definição sobre isso, se há  
607 necessidade ou não de se ouvir a METROPLAN. Se há legalidade, a lei se respeita. É isso.  
608 Obrigado. Conselheiro Felisberto. Então, acho que convergindo a gente coloca em votação  
609 o pedido de diligências para a Procuradoria Geral do Município, CAUGE e o Comitê da  
610 Lomba. Com relação à METROPLAN, é um órgão externo, a gente na Procuradoria  
611 enfrentam na consulta, faz esse questionamento com relação à anuência. **Claudete Aires**  
612 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** APARTE. Só  
613 uma questão de encaminhamento e uma questão de proposta. Nós temos, na verdade,  
614 todas as questões que estão levantando, seja a questão de Operação da Lomba Urbana  
615 Consorciada, seja a questão da anuência prévia da METROPLAN e seja a questão de  
616 procedimento adotado, elas são questões jurídicas e a competência para uma análise  
617 jurídica é da PGM. Então, ela deve ser precedente à PGM, que vai indicar qual é o  
618 caminho adequado, porque não adianta o pessoal da comissão dizer que pode ser opção  
619 do empreendedor e depois se verificar que não é opção de empreendedor. Então, acho  
620 que cabe um parecer, na verdade, jurídico sobre esses questionamentos, anteriormente.  
621 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
622 **Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Na ordem a gente encaminha primeiro a um e na  
623 sequência a outro, enfim, isso a gente consegue organizar. **Emerson Gonçalves dos**



624 **Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**  
625 **Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Essa competência está no art. 6º, parágrafo 5º da  
626 Lei nº 630, onde dá essa competência, se não se enquadrar no regime pode optar pelo  
627 PDDUA. Se o empreendimento não se enquadrar no regime da Lomba Consorciada, art.  
628 6º, parágrafo 5º. Então, tem essa opção aí para os empreendedores. **Germano Bremm,**  
629 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
630 Perfeito. Acho que a Procuradoria vai ter bastante clareza em responder. **Claudete Aires**  
631 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Que seja  
632 colocado, Secretário Germano, que seja verificado se esse processo seguiu os  
633 procedimentos adequados, até porque se tinha que passar pela operação não passou, se  
634 ele tinha que passar pela METROPLAN e não passou, se é adequado depois de um  
635 parecer do relator trazer o empreendedor aqui para fazer um contravoto. Eu acho que isso  
636 tem que ser apurado o procedimento, até porque na votação anterior, que foi feita a  
637 semana passada, houve várias declarações do voto no sentido de nulidade do  
638 encaminhamento adotado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**  
639 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. A gente a partir dos  
640 questionamentos vai ter esses esclarecimentos decisórios. Colocamos em votação o  
641 pedido de diligências. Votos favoráveis à diligência para prestar os esclarecimentos aqui  
642 levantados, por favor. (Contagem de votos = 21 votos). Votos contrários? (Contagem de  
643 votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO**  
644 **O PEDIDO DE DILIGÊNCIAS.** O **EXPEDIENTE 5.04** não retornou ainda. O **EXPEDIENTE**  
645 **5.05, 19.0.000067334.2:** desgravame de traçado viária do PDDUA. O Conselheiro Gomes  
646 irá apresentar o relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
647 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, trata-se de um desgravame de ajuste viário e  
648 traçada uma diretriz, na Rua Senhor do Bom Fim, Bairro Sarandi, que aconteceu o  
649 seguinte: (Leitura do parecer). Ou seja, o proprietário desta área tinha a sua área atingida  
650 pela diretriz, mais uma rede de alta tensão, mais um pouquinho da Av. Major Dionízio  
651 Dorneles. Ele solicitou que fosse suprimida esta diretriz. O corpo técnico da prefeitura se  
652 manifestou da seguinte forma: (Leitura de parecer que consta no processo). A posição  
653 original da diretriz, esta é a posição original da diretriz. E onde estava gravado atinge o  
654 imóvel que deveria ser demolido e tal. O corpo técnico não aceitou a supressão da diretriz  
655 e sugeriu uma modificação. A diretriz sai daqui e vai um pouco acima, 80 e poucos metros  
656 para cima. Fica no mesmo complexo de quarteirão e tal. É uma solução que atende o  
657 interesse do solicitante, que estava com o seu imóvel bastante prejudicado e não prejudica  
658 a malha urbana. Neste sentido, somos favoráveis ao desgravame com ajuste de traçado  
659 viário da diretriz sugerida. Então, o relato é favorável à sugestão da SMDE, fazendo o  
660 deslocamento da diretriz, liberando o imóvel do solicitante. Simples. **Germano Bremm,**  
661 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
662 Obrigado, Conselheiro Gomes. Algum pedido de vista? RGP. 03, ACESSO. **Cláudio**  
663 **Gaudi (Representante do 2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento**  
664 **Metropolitano Regional - METROPLAN:** APARTE. Só um pedido de esclarecimento. Este  
665 local para onde vai ser deslocado para onde está sendo proposto o deslocamento da  
666 diretriz, provavelmente não seja sobre a gleba desse mesmo requerente. Ele vai recair em  
667 outra gleba? É a mesma gleba? Ok. E ele interrompe a continuidade, remete a uma  
668 situação, claro, não de interrupção da malha, mas menos favorável com relação à  
669 continuidade viária? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
670 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiro, ele passa por um próprio municipal. O que  
671 acontece? O município não precisa gastar com desapropriação. E tem sido um problema



672 sério para o município, as desapropriações o município tem largado nas contrapartidas  
673 hoje. Então, como não tem dinheiro para fazer desapropriação e algumas ruas que são  
674 importantes, abrir algumas diretrizes que são importantes, o município tem feito essas  
675 negociações, que as empresas pagam fazendo a abertura e tal. Mesmo assim fazem  
676 abertura e constrói a rua, porque a desapropriação ainda teria que ser do município. Então,  
677 estaria resolvido, quando surgir uma situação de contrapartida de algum empreendimento,  
678 como é próprio municipal poderá mandar abrir a rua. Outro aspecto, parece-me que a  
679 localização sugerida é melhor do que a original. É muito ruim a imagem, mas ali tem um  
680 complexo de ruas, ele fica quase na frente, como se fosse um trevo ou coisa parecida,  
681 enquanto o outro estava no meio do quarteirão, chegava a ter uma rua perpendicular ali.  
682 Nesse sentido, parece que melhorou a situação. Eu não sei se a SMDE quer fazer alguma  
683 observação? Tranquilo? Então, tá. Era isso, conselheiro? eu fiz um relato bastante breve  
684 também, sucinto e econômico. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
685 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro  
686 Gomes. então, encerrando este expediente, tendo o pedido de vista da Conselheira  
687 Claudete, da conselheira da RGP. 03 e do nosso conselheiro... Quer um Aparte? Jorge  
688 Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
689 **Arquitetura – ÁREA:** Secretário, hoje nós assistimos aqui a uma cena muito triste, uma  
690 profissional vir aqui chorando, pedindo socorro para poder trabalhar. É vergonho isso para  
691 a Prefeitura de Porto Alegre! E não é só ela, hoje abriram uma exceção, se o senhor abrir  
692 exceção vem mais de 300 profissionais aqui chorar. Eu nunca vi uma situação tão  
693 vergonhosa em aprovação de projeto como o momento que a Prefeitura atravessa. Já foi  
694 usado um sistema de aprovação, no fim de 1960, foi feita uma experiência de um ano, só  
695 que naquele período a prefeitura tinha prefeito que mandava e resolvia e mandou  
696 cancelas. Hoje não temos prefeito, não temos nada no município. É triste a situação dos  
697 profissionais de engenharia e arquitetura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
698 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro.  
699 Encerramos a reunião de hoje. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**  
700 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Com relação à pauta, Secretário, nós solicitamos,  
701 não é desta sessão, é de sessão anterior, porque a gente tem aquela questão dos  
702 processos que entram na pauta, somem da pauta e reaparecem na pauta. E nos ficou  
703 devido que o processo do Internacional sumiu da pauta, porque teria, na verdade, uma  
704 manifestação do Ministério Público que deveria ter sido disponibilizada a todos nós, foi  
705 para uma diligência da PGM e sumiu da pauta, não voltou mais para a pauta. Então, eu  
706 gostaria que fossem sanados esses problemas. A FRAPORT, não é, Lívia? Dez vezes  
707 questionada aqui, que sumiu da pauta para diligência e nunca mais voltou. **Germano**  
708 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
709 **SMAMS:** Vou aproveitar, porque eu acho que não vim na reunião posterior quando teve o  
710 debate, que eu possa fazer o esclarecimento em relação a este do Beira Rio. O governo  
711 retirou da pauta em função de que se entendeu que como o debate foi muito grandioso em  
712 relação à aprovação do Conselho, antes da aprovação da lei, isso era uma tentativa de  
713 encaminhamento, onde se viabilizaria, digamos assim, com a aprovação deste Conselho,  
714 se haveria o entendimento de fazer a alteração legislativa naquele ponto, no aspecto  
715 urbanístico. No entanto, como não tinha a lei em relação ao direito real, não tinha sido  
716 votado e estava na Câmara tramitando, e a recomendação do Ministério Público também  
717 veio nesse sentido, de que se promova primeiro a alteração legislativa, ou seja, com uma  
718 audiência pública e todo o processo de alteração legislativa, depois se aprove neste  
719 Conselho. Então, tanto com a recomendação do Ministério Público, quanto o nosso



720 entendimento, optou-se por tirar e equacionar primeiro aquele ponto. **Claudete Aires**  
721 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só que eu não  
722 posso deixar de manifestar, Secretário, que a gente aqui trabalha com a transparência e o  
723 interesse público. Não pode simplesmente por uma decisão de governo, eu coloco o  
724 processo na pauta, eu tiro o processo da pauta sem nenhuma formalização a este  
725 Conselho. então, que seja, se foi um posicionamento, solicito que seja apresentado. E  
726 ficou também de ser encaminhado qual foi a solicitação no Ministério Público com relação  
727 a este processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
728 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Peço desculpas, acho que nessa de  
729 vir e não vir em alguma reunião passou esse ponto. Eu achei que tivesse sido discutido  
730 aqui no Conselho a retirada dele da pauta, por isso que não trouxe essas informações,  
731 mas a gente, naturalmente, compartilha com vocês a posição do Ministério Público.  
732 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu  
733 quero fazer minhas as palavras da Claudete e reiterar que muitos questionaram quando eu  
734 solicitei que fosse encaminhado para a PGM. Hoje fica comprovado que este Conselheiro  
735 tinha razão no encaminhamento e que não havia nenhuma suspeita, porque havia a  
736 necessidade da precedência da lei. Então, eu quero deixar isso consignado e que isso  
737 conste em ata. Faço minhas as palavras da Claudete da ACESSO. **Adroaldo Venturini**  
738 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Secretário, eu  
739 acho interessante isto, o processo está em apreciação, os conselheiros mandam de volta  
740 para PGM e outras secretarias. nós temos que escolher, queremos o processo em pauta  
741 para votar em discutir ou queremos esvaziar a pauta e ficar emperrando processos. Nós  
742 estamos com quantos processos hoje em pauta e estão com dificuldade de serem votados.  
743 Então, nós temos que parar de emperrar com essas discussões vazias. Quem está  
744 disposto a votar vai votar o dia que vier o processo. e quero propor que se faça antes de  
745 qualquer discussão um debate interno do Conselho, para que o Conselho entenda, não é  
746 o voto favorável ou negar esse voto, é saber a importância desse processo e do projeto  
747 para Porto Alegre. O que está em jogo aqui é o futuro de Porto Alegre, é emprego, cultura,  
748 turismo e muito mais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
749 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Encerramos  
750 a reunião de hoje. Obrigado, Conselheiros, tenham uma excelente noite. **(TÉRMINO ÀS 20**  
751 **HORAS).**

752  
753  
754  
755

756

---

757 **Germano Bremm**

758 **Presidente**

759

760

761

762

763 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**

---

**Secretária Executiva**

**Relatora**